

working paper



6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies

Construindo territorialidades autônomas em assentamentos rurais de
reforma agrária:

O caso do arroz agroecológico no estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Camila Ferracini Origuéla e Bernardo Mançano Fernandes

Novembro/2018

Construindo territorialidades autônomas em assentamentos rurais de reforma agrária: O caso do arroz agroecológico no estado do Rio Grande do Sul, Brasil by Camila Ferracini Origuéla e Bernardo Mançano Fernandes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente.

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília - UnB
Brasília, Brazil
Website: <http://www.unb.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil
Website: www.ufrgs.br/

Universidade Estadual Paulista - UNESP
São Paulo, Brazil
Website: www.unesp.br

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands
E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England
E-mail: info@future-agricultures.org
Website: <http://www.future-agricultures.org/>

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
- RANEP
Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

Transnational Institute
The Netherlands
E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil
E-mail:
terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Resumo

Em um contexto de subordinação e marginalização engendrado pela territorialização do agronegócio no campo, os camponeses resistem e constroem alternativas baseadas nos usos dos seus territórios, rompendo com relações de sujeição ao capital. São alternativas em diferentes dimensões e escalas dos territórios camponeses, nas técnicas e tecnologias, nas formas de organização social e política, na educação, no acesso a mercados institucionais e na construção de mercados populares. Entretanto, sabe-se pouco sobre as dinâmicas territoriais dessas experiências. Em que contexto e como são construídas. Qual a importância do território e do seu uso. Para responder esses questionamentos, o objetivo deste artigo é analisar o cultivo, a industrialização e a comercialização de arroz agroecológico em assentamentos rurais de reforma agrária no Rio Grande do Sul, Brasil. O estado é o maior produtor de arroz do país, destacando-se o cultivo baseado na intensa utilização de sementes melhoradas, maquinários e insumos químicos. Muitos camponeses reproduzem esse modelo em seus territórios, distanciando-se dos ecossistemas e sistemas agroalimentares locais e regionais, subordinando-se ao capital industrial, comercial e financeiro. Como a subordinação não é um processo linear, os camponeses lutam para rompê-la, construindo ações, relações e práticas em seus territórios, organizando-se em redes. A experiência do arroz agroecológico, desenvolvida pelos camponeses que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), evidencia a resistência, a criatividade e a resiliência do campesinato nas lutas contra o capital. Isso porque, nessa experiência, eles possuem autonomia em praticamente todo o processo produtivo, das sementes à comercialização de arroz. São os camponeses que decidem em conjunto o que e como produzir e para quem vender, construindo o que denominamos territorialidades autônomas. Para analisar a experiência do arroz agroecológico partiu-se do debate paradigmático entre questão agrária e capitalismo agrário, analisando como o território e o seu uso é um trunfo na resistência e autonomia do campesinato em contextos cada vez mais difíceis à sua reprodução social.

Palavras-chave

Questão agrária; campesinato; território; agroecologia; territorialidades autônomas.

I. Introdução

Empresas transnacionais controlam, direta e indiretamente, a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos em escala global, assim como os meios necessários para isso, como as sementes, os insumos químicos, as tecnologias, as indústrias, os mercados, o crédito, as leis e as políticas. Elas controlam os fixos e os fluxos (SANTOS, 1996). Determinam os objetos, os instrumentos e as relações que interconectam o sistema agroalimentar em diferentes escalas, atuando em redes transterritoriais, definindo não só as suas atividades, mas também a de outros sujeitos sociais, como os camponeses, numa relação de subordinação que, em alguns casos, exclui esses sujeitos do processo produtivo. Mesmo que não ocorra a territorialização de empresas transnacionais na produção agropecuária, elas monopolizam o território e, dessa forma, auferem renda da terra na circulação de mercadorias. Dessa forma, à medida que os camponeses aumentam a sua dependência em relação ao capital, tem-se a sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995). Assim, o capital domina os territórios camponeses sem expulsá-los da terra. Além disso, as empresas transnacionais definem através dos seus pacotes tecnológicos como os alimentos devem ser produzidos, determinado as técnicas e os tempos da agricultura camponesa e, conseqüentemente, os usos dos seus territórios. É o que Ross (2015) denomina de territorialidade do agronegócio em territórios camponeses. Esse processo pode destruir elementos da produção camponesa, como a produção para autoconsumo, a ajuda mútua, dentre outros.

No entanto, como a subordinação e a marginalização não são processos lineares, os camponeses resistem e lutam por maior autonomia em diferentes regiões do planeta. É em contextos de relações desiguais que os camponeses constroem estratégias de reprodução na terra, lutando pelo controle dos usos dos seus territórios. Nesse sentido, além do acesso ao território, que por si só é fundamental na (re)criação do campesinato, o controle das relações sociais construídas no território e a partir dele, ou seja as territorialidades, é cada vez mais necessário para a sua resistência. É nessa conjuntura que diferentes estratégias são elaboradas, como o uso de sementes crioulas, a agroecologia, o associativismo/cooperativismo, a agroindústria familiar ou coletiva, os mercados institucionais e os mercados populares. Essas estratégias são interpretadas neste artigo como resistências territoriais ao sistema agroalimentar global, pois são centradas nos usos dos territórios, na soberania territorial, buscando diminuir o controle dos mercados globais sobre o modo de fazer agricultura camponês. Tais estratégias produzem novos saberes populares, redes de ajuda mútua, formas de organização e cooperação produtiva, com conteúdos de cunho emancipatório (MARTINS, 2017). As resistências territoriais inauguram um novo ciclo de lutas camponesas no âmbito dos movimentos socioterritoriais, as lutas por maior autonomia. Como nos adverte Kay (2009), a autonomia frente ao

Estado e/ou ao capital não deve ser entendida como sinônimo de autarquia ou isolamento, mas sim como uma questão relativa e variável de acordo com a conjuntura política e as experiências de cada movimento camponês. Nesse sentido, a organização dos camponeses e o diálogo com o Estado são fundamentais nas lutas por maior autonomia. Ao longo deste trabalho, a autonomia será interpretada a partir do território e das relações produzidas neste e a partir deste, as territorialidades.

O objetivo deste artigo é analisar o cultivo, a industrialização e a comercialização de arroz agroecológico em assentamentos rurais de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O arroz agroecológico é uma das principais experiências camponesas de luta por maior autonomia, por soberania nos usos dos territórios camponeses. É uma experiência em que os camponeses desenvolveram saberes e técnicas agroecológicas, organizando-se em redes que envolvem camponeses, associações, coletivos, cooperativas, aproximando-se dos consumidores através da construção de mercados populares, dialogando com a sociedade sobre a importância da agricultura camponesa e da reforma agrária na produção de alimentos em consonância com a natureza e sem a utilização de agrotóxicos. A produção de arroz agroecológico é desenvolvida na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)¹ desde 1999. Recentemente, está se expandindo para a região da fronteira oeste do estado. Na safra 2016/2017, 562 famílias camponesas produziram em 5.100 hectares o equivalente a 513.916 mil sacas de arroz agroecológico. Além do cultivo e da industrialização, os camponeses são responsáveis pela comercialização através da marca Terra Livre. Essa é a maior experiência de produção de arroz agroecológico em assentamentos rurais do Brasil e América Latina. Para analisar tal experiência, os procedimentos metodológicos consistiram, além da revisão bibliográfica, no levantamento e sistematização de dados sobre a produção de arroz (área plantada, quantidade produzida e famílias envolvidas), as cooperativas e agroindústria envolvidas e os mercados institucionais e populares em que o arroz é comercializado, na observação participante e produção de informações qualitativas através de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores das cooperativas, os camponeses produtores de arroz e membros de instituições públicas envolvidas nesse processo, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

¹ A Região Metropolitana de Porto Alegre é formada por 33 municípios e em oito de seus municípios existem assentamentos rurais vinculados ao MST, que são: Capela de Santana, Charqueadas, Eldorado do Sul, Guaíba, Montenegro, Nova Santa Rita, São Jerônimo e Viamão. No total são 17 assentamentos rurais e 1.172 famílias.

2. Território e territorialidades camponesas

Não existe consenso nas Ciências Sociais acerca dos conceitos de território e camponês. Enquanto o território é compreendido, na maioria das vezes, como espaço de governança, o camponês é substituído pelo agricultor familiar, como se esse fosse moderno e aquele atrasado, o primeiro passado e o segundo presente e futuro. Neste artigo, partiu-se de uma análise do território a partir das relações de poder (RAFFESTIN, 1993), pois o território é resultado das relações (i)materiais que os homens manuseiam em todas as suas relações de poder (SAQUET, 2015). O território é produto e produtor de relações sociais, relações de poder, entre os sujeitos e entre esses e a natureza. O território não é superfície ou área, estático ou dado, e não se resume ao espaço de um Estado-nação. Nesses casos o conceito perde o conteúdo característico, o poder. Ao contrário, território é fluxo, movimento, mudanças, permanências (SAQUET, 2007). O território é produzido no bojo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a partir de relações de poder, redes e identidades (SAQUET, 2018). Assim como existem diferentes relações sociais, existem diferentes territórios. Os territórios devem ser distinguidos de acordo com os sujeitos sociais que os constroem. Os territórios camponeses são diferentes dos territórios capitalistas. Eles possuem lógicas, racionalidades, intencionalidades, ou territorialidades, distintas. Nessa mesma lógica, o camponês é presente e futuro, é resistência, criatividade, resiliência. É capacidade de construir estratégias ao controle exercido pelo capital na produção, no abastecimento e consumo de alimentos. A modernidade do camponês consiste justamente na sua habilidade de resistir, de construir alternativas, de lutar. Neste artigo, construiu-se uma abordagem geográfica do campesinato, uma análise centrada no território e na territorialidade.

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura determinou um conjunto de transformações econômicas que repercutiu na estrutura social do campesinato, resultando na constituição de diferentes concepções teórico-metodológicas a respeito da sua existência - desaparecimento ou resistência - assim como do seu papel histórico - reacionário ou revolucionário. Essas concepções deram origem ao que, na contemporaneidade, denomina-se Paradigma da Questão Agrária (PQA). De modo geral, o PQA entende a questão agrária como um problema estrutural do capitalismo, intrínseco ao desenvolvimento desigual e contraditório desse modo de produção (FERNANDES, 2008). Existem duas tendências teórico-metodológicas no PQA, a proletarista e a campesinista. Enquanto o desaparecimento do campesinato é apreendido pela tendência proletarista, a (re)criação, resistência e autonomia/emancipação é compreendida pela tendência campesinista. A orientação proletarista, que centra as suas discussões na relação capital-trabalho, é formada por duas vias de interpretação, a via da superioridade da grande propriedade, estudada por Kautsky (1998), e a via da

desintegração do campesinato, estudada por Lenin (1985). Assim, enquanto os proletaristas destacam a relação capital-trabalho, os campesinista se atentam às relações sociais camponesas, às relações com a natureza e ao enftretamento ao capital.

A partir da segunda metade do século XX surgiu outro conjunto de concepções teórico-metodológicas a respeito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Os teóricos desse paradigma partem de uma crítica ao PQA para fundamentar a sua interpretação. Abramovay (2007), por exemplo, discute que é impossível encontrar nos escritos de Karl Marx, uma das principais referências teóricas do PQA, uma concepção explícita sobre questão agrária ou, mais especificamente, sobre a produção familiar, suas tendências e funções no capitalismo. A partir dessa constatação, o campesinato é apreendido enquanto uma sociedade parcial, que se integra parcialmente aos mercados incompletos, incapaz de se adequar ao capitalismo, visto que o capital é alheio a esse tipo de relação social. Contudo, esse cenário pode ser alterado mediante a metamorfose do camponês em agricultor familiar, um sujeito moderno e integrado ao modo de produção capitalista. Para o PCA, a questão central não se encontra no sistema capitalista, desigual e contraditório, mas sim nos sujeitos, que são ineficientes, incapazes. Logo, a integração ao modo de produção capitalista é a condição da existência do agricultor familiar, pois o capitalismo e a agricultura familiar compõem o mesmo modelo de desenvolvimento da agricultura, o capitalista. A integração, leia-se subordinação, do campesinato ao modo de produção capitalista é compreendida pela tendência da agricultura familiar como um processo histórico imprescindível para superar a pobreza no campo, assim como permitir investimentos e inovações tecnológicas na unidade de produção familiar, transformando-a em uma empresa capitalista. O modo de produção capitalista é a única via de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, ou o agricultor se integra a ele, ou estará condenado ao fim.

Essa é uma visão linear da realidade, que compreende o capitalismo enquanto único modelo de desenvolvimento da agricultura. O PCA entende que a única saída ao agricultor familiar é se modernizar e se integrar ao capital, comprar maquinários, agrotóxicos, sementes e produzir em parceria com as grandes empresas. A partir dessa lógica, o agricultor familiar deve reproduzir no seu território as técnicas e tecnologias capitalistas, deve se submeter aos *royalties*, aos preços, e quando isso não for possível, podem acessar políticas públicas, sobretudo, de crédito, ou aos bancos, para financiar a produção agropecuária. A questão é que, uma parte substantiva do campesinato no Brasil está integrada ao capital, produzindo soja, milho, fumo, por exemplo. Todavia, a maior parte dos camponeses é excluída do processo produtivo. Assim, os camponeses são marginalizados e lutam de diferentes formas para não serem desterritorializados.

A lógica do PCA é a da subordinação dos territórios e territorialidades camponeses ao capital, construindo relações sociais onde o poder está nas mãos das grandes empresas transnacionais, das agroindústrias, dos bancos. São eles que decidem pelos camponeses o que e como eles devem produzir e para quem vender, definindo os preços dos insumos industriais e do produto final. Nesse caso, o território é uma superfície que deve ser inserida na reprodução ampliada de capital. E a territorialidade é determinada pelo capital. Embora haja resistências, elas não são levadas em consideração. O conflito não faz parte das análises produzidas pelo PCA.

A lógica do PQA é a da resistência, autonomia, emancipação. Nesse caso, o território contém lutas, mobilizações, resistências aos agentes do capital. E as territorialidades são as relações sociais que produzem e mantêm o território. Por isso, quando os camponeses resistem ao capital e possuem poder suficiente para lutar contra as suas imposições no cultivo, na industrialização e na comercialização de alimentos as relações sociais caminham no sentido da autonomia, da emancipação. O poder depende de quem o controla e para quais propósitos. Assim, o território “é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Diferentes classes sociais podem possuir diferentes territorialidades, por exemplo. As territorialidades camponesas se diferem das territorialidades capitalistas. Todavia, a partir das diferentes relações entre camponês e capital, nas suas mais diferentes formas, outras territorialidades são construídas. Isso porque esses territórios não se encontram isolados, mas em conflito, em disputa por modelos de desenvolvimento da agricultura. A territorialidade do capital subordina o camponês. Nesses casos, têm-se a territorialidade do capital e a territorialidade camponesa em conflito. Os camponeses podem sucumbir totalmente ao capital ou, contraditoriamente, lutar por maior autonomia em relação a ele. As territorialidades são, portanto, sistemas de relações. Essas relações podem variar conforme as temporalidades, que são complexas (SAQUET, 2015). No próximo tópico será abordado em que contexto os camponeses deixaram de reproduzir as territorialidades do agronegócio em seus territórios e passaram a construir territorialidades autônomas.

3. Da subordinação à transição agroecológica nos assentamentos rurais de reforma agrária do Rio Grande do Sul

O arroz é um dos alimentos mais consumidos no Brasil. Faz parte da alimentação diária da população. Das 8.383 milhões de toneladas produzidas na última safra,

8.111 toneladas abasteceram o mercado nacional, de acordo com a FAO/AMIS². Assim, ao contrário de outros grãos produzidos no território brasileiro, o arroz não é um alimento destinado majoritariamente para a exportação. O Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 70% da produção nacional de arroz, caracterizando-se como o maior produtor do país, seguido dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. A produção de arroz em larga escala foi introduzida no estado no início do século XX. Alguns anos depois, tornou-se o segundo maior produtor de arroz do país. Com a expansão da produção, em 1926 foi criado o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que, mais tarde, transformou-se no atual Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). A expansão da lavoura de arroz, capaz de abastecer os centros urbanos brasileiros, deve-se à política do governo federal de substituição de importações via aumento de impostos. Nesse período, ao contrário de outros alimentos destinados ao mercado consumidor nacional, cuja relação de produção principal é a familiar, a introdução da produção de arroz acontece a partir de relações capitalistas. Desde o início, o cultivo de arroz caracterizava-se pelo arrendamento capitalista de grandes porções de terras, utilização de meios de produção agrícolas produzidos industrialmente e predomínio do trabalho assalariado (BESKOW, 1986). Diferente de outros estados do país, no Rio Grande do Sul o sistema de produção de arroz é o irrigado, com as lavouras ocupando as áreas de várzea³.

A partir da década de 1960, com a modernização da agricultura brasileira, altera-se a base técnica da produção agrícola. No caso do arroz, houve a intensificação dos processos capitalistas de produção, destacando-se o uso cada vez mais intensivo e disseminado de colheitadeiras automotrizes, tratores de maior potência e insumos químicos. Isso resultou na expansão da área plantada, no aumento da produtividade e na diminuição da mão-de-obra empregada. Nesse período, o Rio Grande do Sul era responsável por 25,2% da produção nacional de arroz, sendo quase dois terços da produção desenvolvida a partir de arrendamentos (BESKOW, 1986). O arrendatário capitalista é proprietário dos meios de produção necessários à exploração agrícola. No decorrer do processo produtivo, além da renda fundiária paga ao proprietário da terra, o arrendatário repõe o capital constante (máquinas, equipamentos e insumos químicos) e o capital variável (força de trabalho assalariada). A renda fundiária pode ser paga em dinheiro no início e final do arrendamento ou em dinheiro e produto, o primeiro no início do arrendamento e o segundo no término. É importante destacar que nesse momento a modernização da agricultura só foi possível em virtude da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que financiou a transformação da base técnica da agricultura brasileira. Porém, o SNCR se

² Disponível em: <http://statistics.amis-outlook.org/data/index.html#>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

³ As várzeas são áreas úmidas que permanecem encharcadas por tempo suficiente para formar um ecossistema com elevada produtividade e diversidade de vida. As áreas de várzea no Rio Grande do Sul ocupam 5,4 milhões de hectares e se destinam, sobretudo, ao cultivo de arroz, a pastagem, e em menor escala, a produção de milho e soja.

limitou ao financiamento da produção de alguns gêneros agrícolas, como a soja e o milho, contemplando médios e grandes agricultores. Foi um processo conservador, pois não alterou a estrutura fundiária, deixando clara a opção do Estado pela agricultura capitalista ao invés da camponesa por intermédio de uma política de reforma agrária.

Com a diminuição do crédito agrícola disponibilizado pelo SNCR e a crise dos preços do arroz no mercado, muitos arrendatários se endividaram, o que os levaram à falência no final da década de 1980. Em decorrência disso, agricultores camponeses oriundos do estado de Santa Catarina se estabeleceram na RMPA, arrendando terras para o cultivo de arroz. Os “catarinas” como eram chamados, são camponeses, pois a mão-de-obra é familiar, que possuem maquinários e capital, ambos financiados pelos engenhos de arroz catarinenses. Mais tarde, alguns desses “catarinas” se transformaram em médios e grandes produtores. Concomitantemente à chegada dos “catarinas” na RMPA para a produção de arroz, camponeses sem-terra organizados pelo MST começaram a ocupar terras nessa região pressionando o Estado na implantação de assentamentos rurais de reforma agrária. As ocupações de terra coordenadas pelo MST no Rio Grande de Sul se concentravam até meados da década de 1980 no norte do estado, deslocando-se para a RMPA. Os camponeses assentados na RMPA são oriundos do norte do estado. São camponeses que foram excluídos do processo de modernização da agricultura e desterritorializados com o avanço da produção de trigo e soja. Nesse processo, muitos camponeses migraram para as áreas de fronteira agrícola, atraídos pelos projetos de colonização do governo federal, outros migraram para as cidades, transformando-se em trabalhadores assalariados. Porém, muitos camponeses resistiram e começaram a ocupar terras, a realizar manifestações e a formar acampamentos com o intuito de pressionar o governo na resolução da questão da terra. Conforme os camponeses sem-terra pressionavam o governo estadual alguns assentamentos rurais eram criados. Com isso, a cada ano aumentava a demanda por terras e a organização política dos camponeses sem-terra.

Os camponeses assentados na RMPA não estavam acostumados a produzir alimentos em áreas de várzea, pois em sua região de origem as características do solo eram outras. Aliado a isso, os camponeses estavam completamente descapitalizados, o que os impediam de investir na produção agropecuária, e os assentamentos rurais careciam de infraestrutura básica, sendo o pouco de recurso que possuíam investidos nas necessidades mais imediatas. Por esses motivos, muitos camponeses passaram a arrendar suas terras para os “catarinas” produzirem arroz. Assim, a produção de arroz nos assentamentos rurais passou a ser controlada por arrendatários. Em alguns casos, os próprios camponeses serviam de intermediários entre os arrendatários e as outras famílias assentadas. Isso fez com que o MST perdesse seu poder de organização da produção nos

assentamentos rurais da região, além do seu enfraquecimento político (MARTINS, 2017). Todavia, o arrendamento foi a alternativa encontrada pelos camponeses para continuarem na terra, visto que as dificuldades eram imensas. Os assentamentos rurais não possuíam infraestrutura e assistência técnica, além do crédito ser de difícil acesso. Isso porque a reforma agrária implantada no Brasil não se caracteriza como uma política de desenvolvimento territorial, mas sim, como uma ação destinada à resolução de conflitos por terra. O acesso a terra é fundamental no processo de (re)criação do campesinato, mas não garante por si só a permanência das famílias na terra e a sua reprodução a partir da produção de alimentos. É por isso que a construção de relações socioterritoriais autônomas e emancipatórias é cada vez mais fundamental para a existência e resistência do campesinato.

Outros camponeses, ao invés de arrendarem as suas terras, começaram a cultivar arroz por conta própria, organizando-se em cooperativas, como a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda (COPAC), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados em Tapes Ltda (COOPAT) e a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (COOTAP). Além de surgirem em virtude dos problemas impostos pelo mercado na produção e comercialização de arroz, essas cooperativas surgiram em um momento de intensas discussões sobre cooperação agrícola nos assentamentos rurais. O MST compreendia que a consolidação de cooperativas viabilizaria a produção agropecuária nesses territórios, além da organização política dos camponeses. Assim, as cooperativas se caracterizariam como instrumentos de resistência ao capitalismo. Entretanto, na realidade, criou-se um cooperativismo baseado no modelo de produção agrícola introduzido pela Revolução Verde, uma agricultura intensiva em capital e elevado consumo de insumos industriais (NAVARRO, 1998). Ao estudarem alguns dos assentamentos rurais existentes no Rio Grande do Sul na década de 1990, Riedl e Navarro (1998) concluíram que 90,3% dos assentados utilizavam adubo químico, 65% utilizavam defensivos agrícolas e 71% trabalhavam a terra de maneira individual. Os camponeses assentados estavam reproduzindo em seus territórios as técnicas e tecnologias do agronegócio, distanciando-se do agroecossistema local. Esse modelo cooperativista se esgotou no decorrer da década de 1990, impondo ao MST novos desafios.

A partir de 1998, a produção de arroz entrou em crise no estado levando à falência grande parte dos arrendatários, dos camponeses, além da insolvência financeira da COOTAP, inadimplente por não pagar os financiamentos adquiridos junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Enquanto os camponeses que arrendavam as suas terras perderam os seus aluguéis, os camponeses que produziam arroz estavam completamente endividados (MEDEIROS *et al*, 2015). Isso porque os preços do arroz no mercado caíram, não

permitindo o pagando dos custos de produção que eram altos. É nesse contexto de endividamento e empobrecimento que os camponeses começaram a discutir outras técnicas de produção, dando início ao cultivo de arroz pré-germinado sem a utilização de insumos químicos em 1999. Nesse primeiro momento, os camponeses cultivaram apenas sete hectares de terras em caráter experimental em dois assentamentos rurais. Com o avanço dessas experiências, em 2002 os camponeses organizaram o Primeiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento dialogaram sobre os princípios da agroecologia, apresentando os avanços e desafios. Também definiram que a COOTAP deveria ser reestruturada, atuando na secagem, no armazenamento e na comercialização de arroz (MARTINS, 2017). Conforme o cultivo de arroz agroecológico avançava nos assentamentos rurais, os camponeses criaram novas formas de organização, como é o caso do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, criado em 2004, no Terceiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento os camponeses decidiram que era necessário motivar outras famílias a produzirem agroecologicamente, além de construir autonomia em todo o processo produtivo, dominando das sementes aos mercados. Para isso era necessário capacitar os camponeses, disputar as políticas públicas, construir novos mercados e dialogar com a sociedade.

É nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e campesinato que territórios são disputados e construídos, gerando conflitualidades. A territorialização do capital produz tanto a desterritorialização como a reterritorialização do campesinato em diferentes porções do território brasileiro. O processo contrário também ocorre. Por intermédio de suas lutas, os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais se territorializam, conquistando territórios de resistência. Todavia, após a conquista do território os camponeses são inseridos novamente na reprodução capitalista a partir de relações não capitalistas (MARTINS, 1995), reproduzindo nos seus territórios o modelo de desenvolvimento do agronegócio, numa relação de dependência e subordinação. Como esse processo não é linear, os camponeses lutam por maior autonomia reproduzindo em seus territórios ações, relações e práticas autônomas. No caso apresentado, os camponeses foram desterritorializados pelo avanço do capitalismo na agricultura, mas resistiram ocupando terras, formando acampamentos, organizando manifestações. Por intermédio dessas lutas, os camponeses se reterritorializaram. Contudo, os camponeses construíram nesses territórios o que chamamos de territorialidades subordinadas. Ou seja, relações de dependência e sujeição ao capital industrial, comercial e financeiro. Em um contexto de endividamento, os camponeses começaram a lutar por maior autonomia, desvinculando-se das amarras do capital. É nesse contexto, portanto, que os camponeses começaram a construir outras ações, relações e organizações em seus territórios, produzindo territorialidades cada vez mais autônomas.

4. Escalas e dimensões da ação/organização dos camponeses

O MST surgiu em 1984, mas as lutas que deram origem ao Movimento tiveram início no final da década de 1970. São, portanto, quase quarenta anos de lutas, conquistas e desafios. É através de suas ações que o MST constrói espaços com o objetivo de transformá-los em territórios, caracterizando-se, ao mesmo tempo, como um movimento socioespacial e um movimento socioterritorial. É um movimento socioespacial porque no decorrer de suas ações estabelece espaços de lutas, mas também é socioterritorial porque os transforma em territórios de resistência. É nos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capitalismo e campesinato que o MST transforma espaços em territórios. Sua existência, portanto, está vinculada ao território (MARTIN e FERNANDES, 2004). O território é o seu trunfo (RAFFESTIN, 1993) no enfrentamento e resistência ao capital. Ao realizar uma ocupação de terra, o MST constrói um espaço de luta e resistência, o acampamento (FERNANDES, 2000). Quando esse acampamento se torna um assentamento rural, conquista-se um território de resistência camponesa. A ocupação de terra é a principal ação do Movimento, seguida da formação do acampamento. Porém, nesta última década outra ação tem se destacado, as manifestações, que podem ser ocupação de espaços públicos e privados, marchas, passeatas, bloqueio de rodovias, etc. São ações que se complementam no espaço-tempo, ou seja, no decorrer dos processos de luta pela terra e reforma agrária. A manifestação tem duas funções, pressionar o governo na implantação de políticas de reforma agrária, mas mais do que isso, lutar pela permanência dos camponeses na terra. Nesse sentido, a manifestação é uma importante forma de luta por políticas públicas que permitam o desenvolvimento dos territórios camponeses, pela construção de territorialidades cada vez mais autônomas, dialogando com a sociedade sobre agroecologia e soberania alimentar.

Sobre as ações do MST e os territórios criados, entre 1988 e 2016, ocorreram 281 ocupações de terra, com 69.230 famílias, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período, foram criados 345 assentamentos rurais com 293.655 famílias camponesas. Entre 2000 e 2017, ocorreram 1.068 manifestações com 749.116 pessoas (DATALUTA, 2017). Os espaços de lutas e os territórios de resistência construídos e conquistados pelo Movimento são mediados por um projeto político, uma intencionalidade que direciona as ações dos camponeses no espaço-tempo. O projeto político é o resultado do diálogo entre os ideais do Movimento e a sua práxis. É analisando o movimento da realidade que o MST constrói o seu projeto político. As compreensões acerca da realidade não são instantâneas, pois dependem dos diálogos construídos pelos camponeses, e entre as organizações camponesas, como a Via Campesina. É nesse sentido, que é desenvolvido o que

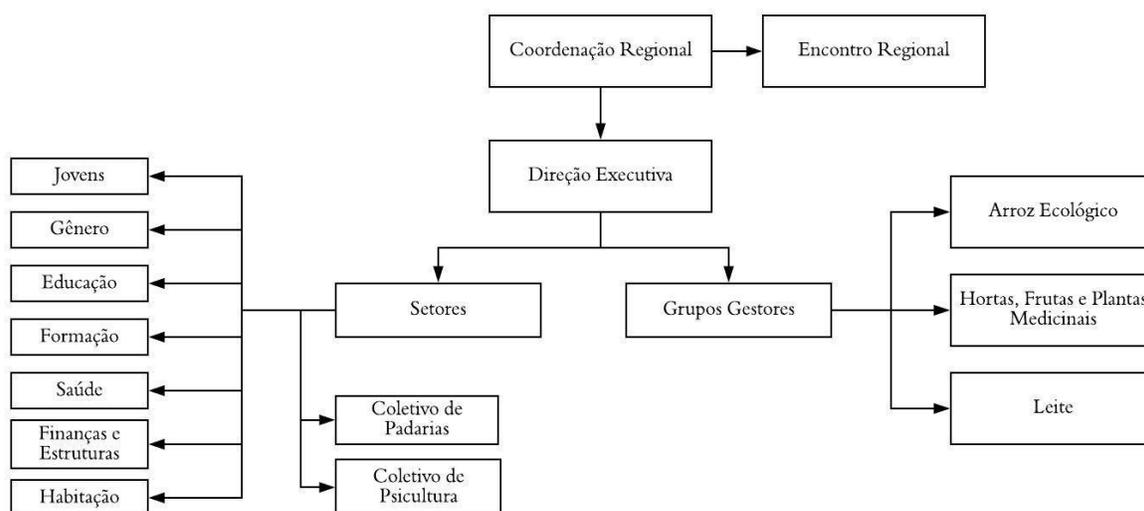
Martínez-Torres e Rosset (2014) denominam diálogo de saberes. Ou seja, leituras, análises, compreensões das realidades em que os camponeses estão inseridos e propostas para transformá-las. Nesses últimos anos, em suas análises, o MST percebeu que os camponeses estão sendo cada vez mais pressionados a arrendarem as suas terras ou a cultivarem *commodities* em seus territórios. Um dos resultados disso, além da subordinação, é o enfraquecimento político-organizativo do MST. Pensando nestas questões, em 2007, no seu V Congresso Nacional, o Movimento discutiu a necessidade de avançar em propostas organizativas e produtivas nos assentamentos rurais. Todavia, somente em 2014, no seu VI Congresso Nacional, é que oficializou o projeto político “Lutar: Construir Reforma Agrária Popular”. Ao analisar essa proposta é possível perceber que o MST entendeu que a sua força política no contexto atual está na produção de alimentos saudáveis destinados à alimentação da população brasileira.

Nesse projeto é possível perceber claramente a centralização das lutas do Movimento no desenvolvimento dos assentamentos rurais. Entendeu-se que o acesso a terra é fundamental no processo de (re)criação do campesinato. Porém, ele por si só não é suficiente. É necessário construir nos territórios camponeses ações e organizações que priorizem a autonomia do campesinato. Ou seja, é preciso construir territorialidades em que os camponeses sejam capazes de decidir o que e como produzir e para quem vender. Assim, de um projeto político centrado no acesso ao território, elabora-se um projeto político centrado no uso do território, nas territorialidades. Isso não quer dizer que as lutas pelo acesso a terra cessaram, mas que para dar continuidade a ela é preciso construir territórios agroecológicos, cooperativistas, capazes de alimentar a população nas escalas local, regional e nacional, pois a soberania alimentar perpassa pela soberania territorial, uma não existe sem a outra. E isso significa, além do território, territorialidades que caminhem nesse sentido. No Rio Grande do Sul, o MST já tinha essa compreensão e estava desde o início da década de 2000 investindo na agroecologia. Em 2009, no XIV Encontro Estadual do MST, estabeleceu-se que os assentamentos rurais deveriam representar a força política do Movimento através do fortalecimento e ampliação do trabalho organizativo da produção nesses territórios (MARTINS, 2017). Nos territórios em que o agronegócio se expandiu, o MST perdeu força política e o agronegócio é que passou a direcionar os rumos do desenvolvimento local e regional. Era necessário, portanto, redirecionar a matriz tecnológica e produtiva nos assentamentos rurais, pois, se o Movimento não fizesse isso o agronegócio o faria. A organização da produção passa a ter centralidade nas ações do Movimento nesse estado. Nesse mesmo encontro o MST decidiu ampliar a experiência do arroz agroecológico para outras regiões.

Além das ações para a conquista do território, ao longo do desenvolvimento da experiência do arroz agroecológico os camponeses construíram uma forma de

organização social e política regional baseada em setores e grupos gestores, conforme apresentado no organograma 1. Os setores variam desde jovens, gêneros, educação, saúde, e é uma forma de organização desenvolvida pelo Movimento em escala nacional em seu processo de territorialização. Além dos setores, têm-se os grupos gestores, uma forma de organização inovadora nos assentamentos rurais, pois possibilita o diálogo entre camponeses, técnicos, cooperativas e associações, permitindo que todos os envolvidos no cultivo do arroz, das hortas, frutas e plantas medicinais e do leite, principais cultivos desenvolvidos pelos camponeses na RMPA, participem de alguma maneira de todo o processo produtivo, decidindo em conjunto quais caminhos devem ser trilhados, planejando desde a produção até a comercialização. Esse diálogo de saberes, promovendo o avanço de experiências produtivas, é fundamental no processo de construção de territorialidades autônomas, pois pressupõe a democratização das decisões, tornando as relações sociais mais horizontais, numa constante troca de conhecimentos, saberes e experiências, avanços e desafios. Esse diálogo também promove a construção de uma consciência acerca do papel do campesinato na produção de alimentos para a sociedade, da função social da reforma agrária na contemporaneidade, que é cultivar alimentos saudáveis para a população brasileira, sobretudo os mais pobres, ao invés do cultivo de *commodities* para exportação.

Organograma 1 - Estrutura organizativa do MST na Região Metropolitana de Porto Alegre



Organização: Autores.

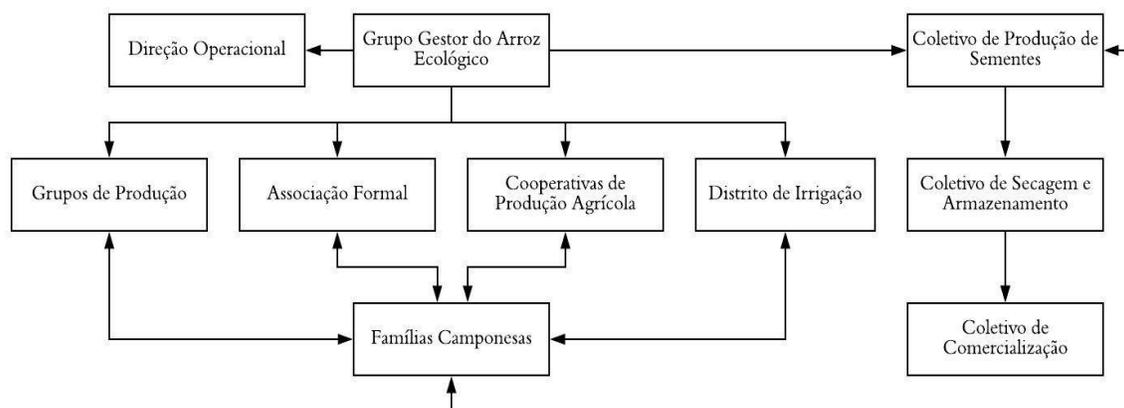
Fonte: COOTAP, 2016⁴; MARTINS, 2017.

O grupo gestor do arroz ecológico surgiu em 2004 com o objetivo de organizar a produção que teve início em 1999, permitir a troca de experiências entre as famílias camponesas e a negociação com instituições públicas e privadas (LINDNER e MEDEIROS, 2017). Esse grupo se tornou o espaço de articulação dos assentados organizados em grupos de produção, associações, cooperativas e distritos de irrigação (MARTINS, 2017). O grupo gestor é formado por representantes dos grupos de famílias produtoras existentes nos assentamentos e representantes das cooperativas envolvidas. Também participa os coordenadores da COOTAP e os técnicos dos Núcleos Operacionais da COPTec e equipe de certificação, o que dá em torno de 60 pessoas. Esse grupo se reúne cerca de 4 vezes ao longo do ciclo agrícola do arroz. Num primeiro momento, o grupo focou na organização da produção, preocupando-se com os conhecimentos técnicos necessários para o desenvolvimento das lavouras de arroz. Mas logo vieram outras demandas, como a secagem, o armazenamento, a comercialização e a própria certificação orgânica. Um dos pilares do grupo gestor é o grupo de produtores. Esse grupo é formado pelos camponeses que se envolvem na produção do arroz agroecológico. Eles apresentam diferentes graus de cooperação e organização. Existem diferentes tipos de parcerias entre os camponeses, e entre esses e as cooperativas ou associações. Aqueles camponeses que possuem maquinários próprios para o cultivo, não dependendo da associação ou cooperativa, reúnem um grupo de famílias interessadas e firma uma parceria com elas, recebendo uma porcentagem da produção de em média

⁴ Apresentação realizada pelos membros da COOTAP em reunião do Grupo Gestor do Arroz Ecológico no mês de janeiro de 2016.

20% (MARTINS, 2017). Algumas parcerias são estabelecidas a partir de um valor pré-estabelecido. Aqueles camponeses que não possuem os maquinários firmam parcerias com as associações e cooperativas. Nesse caso, todo o resultado do ano agrícola é distribuído conforme as horas de trabalho. Terra, trabalho e capital são gestados coletivamente.

Organograma 2 - Estrutura organizativa do Grupo Gestor do Arroz Ecológico



Organização: Autores.

Fonte: COOTAP, 2016⁵; MARTINS, 2017.

O grupo gestor também é responsável pela organização dos coletivos de produção de sementes, coletivos de secagem e armazenamento e coletivo de comercialização. O coletivo de produção de sementes é formado por 135 camponeses que se dedicam ao cultivo de 368 hectares de sementes de arroz. Como é um trabalho árduo, que requer dedicação e atenção, somente algumas famílias realizam esse trabalho. No início de cada safra, o grupo gestor defini junto com essas famílias a quantidade e variedade de sementes necessárias, estabelecendo o que será produzido e a quantidade que será adquirida no mercado. Os técnicos da COOTAP auxiliam as famílias. As sementes são armazenadas na Unidade de Beneficiamento de Sementes, em Eldorado do Sul. Já o coletivo de secagem e armazenamento é formado pelos camponeses e cooperativas responsáveis por esse processo. Em 2008, foram edificadas dois engenhos de arroz, um sob a responsabilidade da COOPAN, em Nova Santa Rita, e outro da COOPAT, em Tapes. O coletivo de comercialização se concentra na COOTAP, responsável pela marca Terra Livre, pelo acesso a mercados institucionais e criação de mercados populares. Essas formas de organização foram sendo estruturadas à medida que a produção de arroz agroecológico se expandia, e hoje são responsáveis pela expansão na própria RMPA, mas também

⁵ Apresentação realizada pelos membros da COOTAP em reunião do Grupo Gestor do Arroz Ecológico no mês de janeiro de 2016.

na fronteira oeste do estado. São formas de organização que estão se expandindo para outras regiões do estado, agregando mais famílias camponesas, horizontalizando as relações entre os camponeses, construindo saberes, conhecimentos e inovações no e a partir do território, utilizando as potencialidades deste nas lutas por autonomia.

5. Disputando o Estado: A criação de políticas públicas de caráter emancipatório

A ascensão de um conjunto de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, tanto em escala nacional como estadual, também foi imprescindível no processo de construção de territorialidades autônomas. Isso porque a existência de políticas públicas emancipatórias é fundamental para evitar a dependência às relações capitalistas (FERNANDES, 2015). Elas permitem que os camponeses tenham acesso a cursos de formação, maquinários, meios de transporte, agroindústrias e mercados. Nesse sentido, promovem a autonomia do campesinato, eliminando gradativamente a dependência ao atravessador e ao capital industrial, comercial e financeiro. Com os instrumentos necessários para a produção agrícola, o transporte dos alimentos e o beneficiamento, os camponeses possuem autonomia para decidir o que e como produzir e para quem vender os alimentos cultivados em seus territórios. As territorialidades autônomas estão relacionadas, portanto, à capacidade do campesinato disputar as políticas publicadas criadas pelo Estado. Essas disputas ocorrem através das ações dos camponeses, com destaque para as manifestações, além do constante diálogo com os governos federal, estadual e municipal. Em escala nacional, destacam-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), O Programa Terra Forte, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por sua vez, em escala estadual se destacam o Projeto de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa, também conhecido como Programa Camponês da Via Campesina.

O Pronera foi criado em 1998. É uma política pública voltada para a formação dos assentados nos ensinos fundamental e médio e no ensino superior. Entre 1999 e 2016 foram organizados 54 cursos de diferentes modalidades no Rio Grande do Sul. Foram cursos de alfabetização e jovens e adultos, técnico em cooperativismo, técnico em agropecuária e agroecologia, graduação em agronomia e medicina veterinária. O programa permitiu a formação dos assentados em diferentes níveis e áreas do conhecimento, com destaque para as áreas voltadas a organização dos camponeses e desenvolvimento da agropecuária ou agroecologia. Esses cursos fornecem os subsídios necessários para os camponeses atuarem nos seus territórios, atuarem a partir dos seus interesses, da reprodução da sua

família na terra, produzindo alimentos. Outra política fundamental é o Programa Terra Forte. Esse programa foi criado em 2009 com o objetivo de implantar ou modernizar empreendimentos agroindustriais coletivos em assentamentos rurais. O PNAE foi criado em 1955 com o nome Campanha da Merenda Escolar, sendo incorporado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1997. Já o PAA foi criado em 2003. O PNAE e o PAA são mercados institucionais, nos quais o Estado adquire alimentos da agricultura familiar, destinando-os a escolas, hospitais, presídios, bancos de alimentos. Esses mercados são fundamentais na construção de territorialidades autônomas, pois com eles os camponeses têm a certeza de que tudo aquilo que produzirem será comercializado, não havendo prejuízos. Os mercados institucionais impulsionam a produção de alimentos, sobretudo agroecológicos, visto que esses são adquiridos pelo Estado por um preço maior do que aqueles que não são agroecológicos. Além disso, estimulam a organização dos camponeses em associações, pois só assim eles podem acessar essas políticas públicas. Com a existência de mercados, os camponeses passaram a investir na produção de alimentos, na reprodução de práticas agroecológicas.

Em 2011, o MST começou a negociar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e o governo do estado do Rio Grande do Sul a criação de políticas públicas direcionadas a agricultura camponesa. Nesse ínterim, foi criado o Programa de Sustentabilidade dos Assentamentos da Reforma Agrária, que teve como objetivo qualificar a infraestrutura dos assentamentos rurais, permitindo a reprodução das famílias na terra, e aperfeiçoar e diversificar as atividades agropecuárias, além de valorizar a produção agroecológica, as cadeias produtivas familiares e as cooperativas. Ao todo, foram aprovados 110 projetos, que fortaleceram a produção camponesa em assentamentos rurais do estado. Em virtude do sucesso dessa política, em 2013 a Via Campesina Brasil formulou uma proposta com maior amplitude que visou articular produção, industrialização e distribuição de alimentos, o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa, também conhecido como Programa Camponês, com o objetivo de investir na produção, transporte, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura camponesa. Também prevê a construção de indústrias de insumos orgânicos e de estruturas urbanas para armazenamento e distribuição dos alimentos aos trabalhadores que residem na cidade e a ampliação da participação dos agricultores nos mercados institucionais. No ano de 2013 a Via Campesina organizou várias mobilizações em prol dessa política. Todavia, somente em 2016 os projetos foram aprovados, mas o programa ainda não foi implementado por falta de recursos. O Programa Camponês foi apresentado, em 2015, ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, como programa de produção de alimentos e

abastecimento popular. Entretanto, as negociações cessaram após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

As políticas públicas apresentadas contribuem de alguma forma com a construção de territorialidades autônomas. Embora esse não seja o objetivo principal dessas políticas, a não ser o Programa Camponês baseado na proposta de soberania alimentar da Via Campesina, elas instrumentalizam os territórios camponeses nas lutas contra o capital. Depois de vinte anos do Pronera, por exemplo, os camponeses são agrônomos, veterinários, técnicos em agroecologia, técnicos em cooperativismo, estão capacitados para atuar nos seus territórios, a partir dos seus interesses, do que é melhor para a família e a comunidade. Com as políticas públicas destinadas à infraestrutura, logística, construção de agroindústrias e aquisição de maquinários, os camponeses possuem os objetos e instrumentos necessários para produzir alimentos, desloca-los até as agroindústrias, as cooperativas e as cidades. Não dependendo de atravessadores, estimulando os camponeses, homens, mulheres e jovens a participarem em conjunto da produção de alimentos saudáveis, a discutir essa questão na comunidade, na universidade, nas escolas, nas feiras. Por fim, com a expansão dos mercados institucionais os camponeses têm garantias de que vai vender tudo aquilo que plantar. Muitos camponeses plantam, mas a maior dificuldade é encontrar mercados para escoar a produção, e mercados com preços justos. No caso do PNAE e PAA isso é possível, além de garantir a segurança alimentar aos pobres da cidade. Assim, as políticas públicas de caráter emancipatório dão condições para que os camponeses produzam alimentos sem depender do capital industrial, comercial e financeiro.

6. Da semente à comercialização de arroz agroecológico: Construindo territorialidades autônomas

Os assentamentos rurais são territórios camponeses nos quais as territorialidades estão em permanente disputa entre movimentos socioterritoriais, arrendatários capitalistas e empresas transnacionais. É no âmbito destas disputas, por territórios e territorialidades, que surge a experiência do arroz agroecológico. O seu diferencial, que também possibilitou a sua expansão, é a organização dos camponeses em diferentes dimensões e escalas do território, do movimento socioterritorial em diálogo com outras organizações camponesas em escala mundial, aos camponeses organizados em grupos de famílias, associações, cooperativas, coletivos e grupos gestores. Outro diferencial, que não se restringe a essa experiência, é o acesso a políticas públicas, sobretudo aquelas que possibilitam o desenvolvimento de infraestrutura nos assentamentos rurais e a aquisição de instrumentos necessários à produção agropecuária: tratores, colheitadeiras, caminhões, silos, agroindústrias, etc.; e aquelas que permitem o acesso a mercados, no caso, institucionais. Em conjunto, essas

políticas públicas dão suporte aos camponeses, desde a sua formação educacional para a atuação em seus territórios até o acesso a mercados mais justos. Esses dois pilares, organização camponesa e políticas públicas de caráter emancipatório, possibilitam a construção de territorialidades autônomas. Além disso, outras relações são fundamentais, como a relação dos camponeses com o ecossistema local, num processo de co-evolução (PLOEG, 2009). Quando chegaram à RMPA os camponeses enfrentaram dificuldades, pois não sabiam como cultivar alimentos em áreas de várzea. Por isso, muitos acabaram arrendando as suas terras. Aos poucos, os camponeses começaram a controlar os saberes e as técnicas adaptadas ao ecossistema em que estão inseridos. Em alguns momentos tiveram a ajuda de professores universitários e técnicos de instituições públicas. Hoje, possuem um manual técnico com os conhecimentos sistematizados.

Aos poucos, tentando, errando e acertando, os camponeses conseguiram construir conhecimentos e, em virtude disso, expandir a área plantada e aumentar o número de famílias envolvidas. Essa evolução pode ser observada nos quadros abaixo, com informações sobre a produção de arroz agroecológico na RMPA e na fronteira oeste do estado. De acordo com o quadro 1, na safra 2003/2004 a área plantada era de 468 hectares, passando para 4.886 na safra 2016/2017. Uma expansão bastante expressiva para um período de quase treze anos, sendo que a produção tem condições de se expandir tanto na RMPA como em outras regiões do estado e do país. E esse é o objetivo do MST nas próximas safras. De acordo com o gráfico 2, 90 famílias estavam envolvidas na safra 2003/2004. Já na safra 2016/2017 esse número saltou para 546. O que torna a experiência expressiva também em número de camponeses envolvidos. Normalmente, esses camponeses produzem outros gêneros agrícolas, como hortaliças, e leite para a comercialização. Enquanto algumas famílias se dedicam apenas ao cultivo do arroz, produzindo o restante somente para autoconsumo.

Quadro 1 - Evolução da área plantada de arroz agroecológico em assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul

Safra	Área plantada (Hectares)
2003/2004	468
2004/2005	508
2005/2006	597
2006/2007	667
2007/2008	832
2008/2009	1.200
2009/2010	1.671

2010/2011	3.002
2011/2012	2.858
2012/2013	3.126
2013/2014	4.398
2014/2015	4.766
2015/2016	5.573
2016/2017	4.886

Fonte: COOTAP, 2017.

Quadro 2 - Evolução do número de famílias assentadas que produzem arroz agroecológico

Safra	Número de famílias
2003/2004	90
2004/2005	99
2005/2006	127
2006/2007	135
2007/2008	124
2008/2009	204
2009/2010	173
2010/2011	311
2011/2012	313
2012/2013	392
2013/2014	501
2014/2015	468
2015/2016	503
2016/2017	546

Fonte: COOTAP, 2017.

A partir de 2006, os camponeses passaram a produzir a maior parte das sementes necessárias no cultivo do arroz, adquirindo o restante no mercado. São os coletivos apresentados anteriormente que dominam esse processo. Controlar as sementes é um ato revolucionário. Ainda mais em um contexto em que poucas empresas transnacionais concentram a produção de sementes, cobrando *royalties* para o seu uso. São outras relações entre camponeses e natureza, e outras relações entre os próprios camponeses que atuam em conjunto, em

cooperação, uns produzindo sementes, outros produzindo o alimento, constituindo uma rede. E toda rede revela certo domínio do território. Os maquinários necessários para o plantio e colheita são disponibilizados pelas cooperativas, mas alguns camponeses conseguiram adquirir sozinhos ou em parceria seus próprios tratores. Depois de colhido, o arroz é transportado até as unidades de secagem e armazenamento, a logística e o transporte necessário para isso é organizado pelas cooperativas também. A responsável pela comercialização é a COOTAP. Em 2015, a cooperativa vendeu 28,5% do arroz produzido para o PNAE e 70,3% para o PAA (MARTINS, 2017). Sendo os mercados institucionais o principal destino do arroz agroecológico. O restante é comercializado em mercados populares, como a Loja da Reforma Agrária, localizada no mercado público de Porto Alegre, administrada pelo MST, e o Armazém do Campo, outra loja administrada pelo MST na cidade São Paulo. O arroz também é vendido em algumas feiras, universidades e escolas da RMPA. Uma parte também já foi vendida para a empresa Solstbio, que o exporta para países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México⁶. E em 2016, exportou-se 4,5 mil toneladas de arroz para a Venezuela, em virtude da sua crise de abastecimento.

7. Conclusão

A produção do arroz agroecológico em assentamentos rurais faz parte da atualidade das lutas camponesas, embasadas no controle dos usos dos territórios, na construção de territorialidades autônomas. Os usos dos territórios se baseiam no acesso e controle das técnicas e tecnologias, das sementes, das agroindústrias, dos mercados institucionais e mercados populares. São usos construídos a partir de relações horizontalizadas, de uma práxis transformadora, centrada na ação e reflexão dos homens (FREIRE, 1996). São ações, relações e práticas no e a partir do território tendo em vista a soberania dos camponeses na produção de alimentos. Essas lutas têm se tornado cada vez mais comum no Brasil nesta última década, sobretudo no caso dos movimentos camponeses que fazem parte da Via Campesina. São experiências construídas a partir de dois contextos, o de subordinação e o de marginalização, ou exclusão. No caso do estudo aqui apresentado, durante a década de 1990, os camponeses se encontravam subordinados tanto aos arrendatários capitalistas como ao capital industrial, comercial e financeiro. No final desta década, com a falência de alguns arrendatários, o endividamento dos camponeses e a queda dos preços do arroz, os camponeses começaram a discutir novas formas de produção. É nesse íterim que surge o cultivo de arroz agroecológico. A cada safra, os camponeses desenvolveram novos saberes e conhecimentos e outras formas de organização

⁶ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

social e política, adquiriram maquinários, construíram agroindústrias e criaram mercados. Isso não seria possível sem a organização multidimensional e pluriescalar dos camponeses, desde o movimento socioterritorial, o MST, até os grupos de famílias, grupos gestores, coletivos e cooperativas. Também não seria possível sem as lutas dos camponeses por políticas públicas.

Referências

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Hucitec, 1986.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil, 2017**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/169emuzewDt9frGJRuvDfWG6jvjxdUMdn/view?usp=drive_open>.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, E. et al. **Estado, Políticas Públicas e Território**. São Paulo, Outras Expressões, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KAY, C. Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? **Revista Mexicana de Sociología**. v. 71, n. 04, 2009.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. O arroz ecológico em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

MARTIN, J.; FERNANDES, B. M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**. São Paulo, v.12, 2004.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, A. G. **A produção ecológica do arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação**.

2017. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. Diálogo de saberes in La Via Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**. v. 41, n. 6. Routledge, UK, 2014.

MEDEIROS, R. M. V. et al. A produção de arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre: assentamentos, desenvolvimento rural e transformações sócio territoriais. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 12, 2015.

NAVARRO, Zander. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora UFRGS/CPDA, 1998.

PLOEG, J. D. V. Der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. Reforma agrária na região sul. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1998.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. 390f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.3, 2018.

Sobre os autores

Camila Ferracini Origuéla

camila.ferracini@unesp.br

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Realizou doutorado sanduíche no International Institute of Social Studies (ISS), na Holanda, através do projeto CAPES-NUFFIC Governance of Labour and Logistics for Sustainability (GOLLS).

Bernardo Mançano Fernandes

mancano.fernandes@unesp.br

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Membro da Iniciativa BRICS de Estudos Agrários Críticos (BICAS) e do grupo de pesquisa Iniciativas em Estudos Agrários Críticos (ICAS) do International Institute of Social Studies (ISS), na Holanda.

